

ARTIGO

É HORA DE REVER A POLÍTICA AMBIENTAL

WASHINGTON NOVAES

O segundo ano do século termina com algumas graves questões repondo no horizonte, desafios a exigirem respostas urgentes, sob pena de conseqüências até aqui inimagináveis. São questões relacionadas com limites ditos ambientais já superados ou bem próximos de serem ultrapassados, colocando em risco grandes parcelas da humanidade ou toda ela. Nenhum país, Brasil incluído, tem como fugir às respostas. E estas terão fortes repercussões nas políticas internas.

A primeira dessas questões está nas mudanças climáticas. Adverte o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas que, se prosseguirmos no atual ritmo de aumento das emissões de gases que intensificam o efeito estufa, se vai chegar ao fim do século com aumento entre 1,4 e 5,8 graus centígrados na temperatura da Terra. E isso levará a um cenário dramático de secas, inundações, ciclones, derretimento de geleiras, elevação em até um metro do nível do mar.

Para que tal não aconteça, seria preciso reduzir as emissões em 60%. Mas não se consegue nem colocar em vigor o Protocolo de Kyoto, de 1997, que prevê uma redução de 5,2% nas emissões dos países industrializados, sobre os níveis de 1990 (que já aumentaram mais de 10%).

O segundo limite está evidenciado nos últimos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e WWF. Segundo eles, já superamos em mais de 20% a capacidade da biosfera de repor os recursos e serviços naturais que estamos consumindo. E o déficit aumenta 2,5% ao ano. Está apontada a insustentabilidade dos atuais padrões de produção e consumo no mundo. E isso quando mais de 800 milhões de pessoas ainda passam fome, quase metade da humanidade vive com menos de dois dólares por dia. Como conseguir – sem base física – um crescimento econômico capaz de prover o sustento digno de todas as pessoas? E como fazê-lo se os países industrializados concentram 80% da produção, do consumo e da renda no mundo?

Essas questões se colocaram de forma dramática na recente Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, na África do Sul. Ali se evidenciou o impasse: não temos regras para mudar esses padrões em todos os lugares nem de instituições para obrigar todas as nações a segui-las, se formuladas: o sistema multilateral de negociações, via ONU, está em crise sob esse ângulo.

Portanto, uma insustentabilidade ambiental – agravada pela “crise da água” e pela desertificação – e social (chamada em Johannesburgo de “apartheid mundial”). A que se soma ainda

a “crise de governabilidade”, caracterizada pela enorme dificuldade de quase todos os países de governar num mundo sujeito a crises que não podem controlar, nascidas dos fluxos financeiros e mercados cambiais.

O Brasil não tem, evidentemente, como postar-se fora desse contexto. E, queira ou não, goste ou não, terá de repensar suas estratégias. Para colocar as chamadas questões ambientais no centro e início de todas suas políticas públicas e empreendimentos privados. E para remodelar suas relações comerciais com outros países – especialmente os industrializados – para realçar alguns pontos: 1. sua vantagem estratégica de país detentor de território continental, da maior diversidade biológica do planeta, do mais volumoso fluxo planetário de recursos hídricos, da possibilidade de implantar matriz energética “limpa” (hidreletricidade, biomassa, energias eólica e solar); 2. a necessidade imperativa de rever os sistemas de formação de preços no comércio internacional, de modo a considerar os custos ambientais e sociais hoje embutidos em nossas exportações (e não considerados).

A prevalência dos atuais crité-

rios, que não consideram esses pontos (os mecanismos de formação desses preços estão fora do nosso controle), gera algumas conseqüências: os países que nos fornecem produtos que incorporam tecnologias embutem em seus preços de venda todos os fatores (tecnologias, mão-de-obra cara, remuneração adequada dos produtores); não consideram os custos ambientais e sociais do que importam; e ainda subsidiam a produção de bens primários e impedem que se leve a remuneração da parte que importam.

O Brasil já ensaiou um avanço, ao pleitear a incorporação, aos preços da madeira certificada que exporta, dos custos dos sistemas de certificação. Mas terá de ir além. Para isso, terá de superar algumas questões internas, principalmente a tendência de não discutir conflitos. Não haverá como fugir a isso, em todas as áreas, para conhecer os custos e definir quem por eles se responsabilizará.

Exigirá igualmente rever políticas públicas. A começar pela complicada área de energia, para conferir prioridade a programas de conservação (muito mais baratos) e não apenas à expansão da oferta. E, nesta, será necessária muito mais ênfase nas

chamadas energias alternativas.

Igualmente, será indispensável rever as políticas do programa Avança Brasil, na parte que induz ao avanço da fronteira agropecuária tradicional na Amazônia, que precisa de visão diferenciada e políticas conseqüentes – além de frear o inaceitável desmatamento médio de 16 mil km² por ano. Até porque esse desmatamento e conseqüentes mudanças no uso da terra respondem pela maior parte das contribuições brasileiras de emissões que agravam o efeito estufa.

Nessa área, o recém-inaugurado Centro de Biotecnologias da Amazônia é uma forte esperança de que se consiga ali uma reversão de rumos, tendente a valorizar a biodiversidade abundante, uma de nossas vantagens que poderão ser estratégicas. Também por isso, são muito importantes outros avanços, como programa nacional de biodiversidade, formação do bloco de países megadiversos e a criação do programa de áreas de preservação na Amazônia, em parceria com Banco Mundial, GEF e WWF, para colocar sob proteção absoluta ao menos 12% da floresta tropical em solo brasileiro.

Muitos desafios estão sobre a mesa. Como a formulação de estratégia adequada (científica, comercial, social) para alimentos transgênicos. E uma indispensável e urgente reversão no quadro de degradação das bacias hidro-

gráficas na maior parte do País. O início da cobrança pelo uso da água é muito promissor.

Talvez, o maior desafio, entretanto, esteja no enfrentamento da chamada Agenda Marrom, com os problemas concentrados nas áreas urbanas, especialmente nas metropolitanas, onde está um terço da população.

Será preciso superar o impasse que paralisa no Congresso o projeto da política nacional de saneamento, pois não se pode continuar com quase metade da população sem redes de esgotos e com quase tudo o que se coleta despejado sem tratamento nos mananciais. Da mesma forma, encontrar o caminho para financiar serviços adequados na área da limpeza urbana, principalmente destinação (no lugar dos lixões de hoje). Embora polêmico, parece não haver alternativa para o projeto da Prefeitura de São Paulo, de cobrar pela coleta a todos os geradores de resíduos e criar um fundo que gere recursos para aterros. Mas não basta: é preciso retomar as discussões sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no Congresso.

A Agenda 21 Nacional, aprovada em 2002, pode ser um roteiro valioso para enfrentar grande parte dessa Agenda Marrom (mas não apenas ela).

Grandes e pequenos desafios não faltam. Será interessante acompanhar a evolução.

■ Washington Novaes é jornalista